

ASSEMBLEIA NACIONAL	
* Presidência *	
Entrada N.º	4
DATA	16 / Nov / 73

*Perao G. Vieira*  
*das usas*  
*15-11-73 - M. B. J.*

*126*

Parecer da Comissão de Verificação de  
Poderes dos Candidatos a Deputados para a XI Legislatura  
da Assembleia Nacional  
( 1973/1977 )

Senhor Presidente e Seniores Deputados Eleitos

A Comissão de Verificação de Poderes, eleita nos termos do n.º. 2 do art. 7º do Regimento da Assembleia Nacional para conhecer da legalidade e verificar os poderes de todos os deputados proclamados, de harmonia com o preceituado no art. 86º. da Constituição e nos § 1º e 2º. do citado art. 7º do Regimento é do seguinte parecer:

1 - Foram presentes e examinadas as actas de apuramento geral relativas a todos os Círculos eleitorais bem como dois ofícios da Direcção Geral da Administração Local datados respectivamente de 9 e 14 do corrente mês ( n.ºs. 5 273 e 5 345 ).

Todas as actas vêm acompanhadas de resumos elaborados nos termos do art. 34º. do Decreto-Lei 37 570, de 30 de Outubro de 1949, com excepção dos relativos aos Círculos de Cabo Verde, Guiné e S. Tomé e Príncipe.

Em relação aos dois primeiros Círculos, em vez de resumos, acompanham as actas mapas gerais de apuramento que contêm

por forma até mais desenvolvida os elementos que deveriam de constar daqueles documentos.

Este facto, isto é, a falta de resumos elaborados nos termos da citada disposição legal mostra-se despiciendo, pois que o resumo é por sua própria natureza uma síntese extractada da respectiva acta e destina-se apenas a facilitar o conhecimento da essência daquela e dos resultados finais apurados. Por outro lado, preceitua expressamente o artº. 76º. do citado Decreto-Lei 37 570 que as actas eleitorais fazem prova plena. Bem se vê assim como é irrelevante para a fiscalização que agora se exerce a falta de resumo, que nunca poderia destruir o valor probatório de uma acta por esta ser documento mais qualificado.

2. Verifica-se do exame das actas que não foram apresentados quaisquer protestos ou reclamações ou que o processo eleitoral tenha sido objecto de recurso em qualquer círculo eleitoral, nem a Comissão encontrou qualquer irregularidade para apreciar.

3. Foi, no entanto, dirigida a esta Comissão de Verificação de Poderes e entregue na Mesa da Assembleia na sua sessão preparatória de ontem, uma exposição assinada pelos Srs. Jorge Kaall Oliveira da Silva, Armando Salgado e António Coelho de Barros, embora sejam referidos dez exponentes, em que, como eleitores pelo Círculo de Braga entendem que não devem ser conferidos poderes de deputado ao sr. António Alberto de Meireles Campos e, consequentemente não dever ter assento na Assembleia Nacional e naquela qualidade.

Em essência, e na parte que interessa, fundamenta a sua exposição em factos donde resulta a falta de idoneidade moral do deputado eleito Meireles Campos visto ter sido condenado por Acórdão do Conselho Ultramarino de 14 de Março de 1968 no pagamento de multa, imposto de rendimento e defesa nacional no montante de treze mil contos - junta fotocópia do referido acórdão -.

Acrescenta-se ainda nessa exposição que o referido deputado eleito, como administrador delegado das Sociedade de Empreitadas Azevedo Campos S.A.R.L., Azevedo Campos & Irmão e Consórcio Azevedo Campos de Lourenço Marques, é sócio maioritário dessa Sociedade arrematantes de obras públicas em Angola e Moçambique, não podendo por essa razão ter assento na Assembleia em face do disposto no nº. 6 do art. 15 do Regimento da Assembleia Nacional.

Com a exposição juntam um exemplar do Jornal "Povo de Fafe" de 10 de Novembro do mês corrente no qual numa carta aberta à Comissão Distrital da A.N.P. de Braga é referida a condenação pelo Conselho Ultramarino e se considera que o deputado eleito Meireles Campos defraudou o Fisco de Moçambique e foi condenado como já foi mencionado.

Esta como já se disse a essência dos factos alegados.

Logo após o encerramento da sessão preparatória o deputado eleito António Alberto de Meireles Campos, invocando que tinha chegado ao seu conhecimento que estava a ser divulgado

a Carta Aberta ~~pela~~ distribuição a alguns Deputados eleitos do Jornal de Fafe, dirigiu a Esta Comissão uma carta informando que tinha requerido já procedimento criminal contra o director do Jornal "Povo de Fafe" e contra o subscritor do artigo no mesmo publicado onde se denigre a sua idoneidade moral, esclarecendo que a Firma Azevedo Campos & Irmão Lda. havia reclamado de uma contribuição industrial em que fora colectada em 1963, reclamação que veio a ser julgada improcedente em 1968 por acórdão do Conselho Ultramarino, pelo que aquela Firma liquidou a importância que lhe era imposta. Acrescenta que de 1963 a 1972 nunca exerceu quaisquer cargos nos corpos gerentes da referida empresa.

Entrando no âmbito da decisão.

Uma questão prévia poderia pôr-se desde já: a de ser ou não de considerar a exposição referida, já que não se encontra demonstrada a qualidade de eleitores votantes dos subscritores da exposição, o que importaria uma questão de legitimidade.



No entanto, nos termos do nº 3 do artº 7 do regimento desta Assembleia, a Comissão de Verificação de Poderes destina-se a " Conhecer da Legalidade dos Poderes de todos os proclamados" nas Assembleias de apuramento geral de cada círculo (artº 30 e seguintes do Decreto-Lei 37 570 de 3 de Novembro de 1949, especialmente o nº 3 do artº 33).

Entende-se assim que a competência da Comissão se restringe á regularidade das operações eleitorais, e, por isso, o parágrafo primeiro do artº. 7º do regimento prescreve que " a Verificação dos Poderes será feita em regra, sobre as actas das Assembleias de Apuramento e documentos que as acompanhem ou se relacionem com a sua matéria".

A expressão "em regra" neste preceito deixa todavia a latitude necessária para que a <sup>Comissão</sup> ~~comissão~~ tome conhecimento de irregularidades, não mencionadas nas actas e nos documentos que as acompanham, juntamente para o caso de as referidas actas serem arguidas de falsidade <sup>ou de</sup> ~~onde~~ por documentos não apensos às actas, se demonstrar que <sup>de</sup> ~~no seu teor~~ foram omitidos factos, designadamente protestos e contra protestos, <sup>de</sup> ~~nas~~ operações eleitorais.

Além disso, não há dúvida de que a Comissão pode conhecer officiosamente de casos de irregularidades de <sup>cand. ass. p.</sup> ~~casos~~ proclamados.

A exposição que apreciamos não se refere a irregularidades das operações eleitorais que devem ser protestadas nas próprias Assembleias primárias ( lei eleitoral artº. 52 parágrafo 3º ) ou nas de apuramento geral ( artº 32) protestos que devem ser <sup>consignados</sup> ~~considerados~~ nas respectivas actas ( artº 72 nº 2 e 34) cabendo ainda recurso para os tribunais administrativos ( artº 74 e seguintes).

131 *Just 6-*

Quanto à ~~legibilidade~~ dos candidatos regulada pelos artigos 7º e 8º da Lei Eleitoral, deve ser impugnada no processo de apresentação de candidaturas (artº. 16º da referida Lei), pois esse processo existe justamente para evitar que tenham lugar as operações eleitorais relativamente a candidatos que se verifique não poderem ser eleitos.

Em todo o caso, e dado o melindre das alegações feitas, no presente caso, não deixará a Comissão de examiná-las.

*impugnada*  
Desde já, porém, se verifica que não se enquadraram os factos da ~~acusação~~ em nenhuma das irregularidades contidas na Constituição ou na Lei.

Na realidade, o reconhecimento pelos Tribunais de que era devido-  
*na*  
~~em~~ impostos de defesa e de rendimento a Firma Azevedo Campos & Irmão, Lda., que deles se considerava isenta e em juízo justificou a sua convocação - e não o deputado eleito Meireles Campos que nem <sup>exercia</sup> ~~exercia~~ ao tempo funções nos seus Corpos Gerentes - ~~o~~ não constitui facto susceptível de qualificação no referido artº. 8º da Lei Eleitoral, como de igual forma sucede com a qualidade de sócio de Sociedades Anónimas ou por quotas que sejam concessionárias ou contratadoras de empreitadas públicas nas Províncias do Ultramar não figuram nesse artigo.

Por outro lado, se, em vez de condições de Eligibilidade, passarmos a considerar as situações que determinam a perda de mandato, conforme referido no artº. 9º. do Decreto-Lei 37 570 e artº. 90º. da Constituição, também os factos apontados não impõem qualquer medida no âmbito da verificação de poderes, pois, quer a condenação, que aliás é de uma Firma, quer o contrato de empreitadas das referidas Firmas, operariam apenas, se fosse caso disso, dentro da situação jurídica do exercício pleno do mandato de deputado, o que não se verifica.

A perda do mandato só pode existir por factos que ocorram <sup>depois</sup> ~~dentro~~ do seu exercício.

4 - <sup>Pelo</sup> ~~Por todo o~~ exposto, é esta Comissão de parecer que devem considerar-se verificados e reconhecidos os Poderes <sup>de todos os</sup> ~~dos~~ Deputados eleitos e serem definitivamente proclamados como deputados à Assembleia Nacional e cujos ~~os~~ nomes constam das mencionadas listas.

Sala das Sessões da Comissão de Verificação de Poderes, 16 de Novembro de 1973.

A Comissão

*in Superior Rodrigo de Carvalho*  
*Ass. G. ... E. J.*

*for também* (Relator)

*Ass. G. ... E. J.*

*J. P. de ...*  
*J. B. ...*